



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 23 de maio de 2011

JORNAL DO COMMERCIO CAS aprova US\$ 750.9 milhões em projetos CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL OPINIÃO	2
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil OPINIÃO	3
JORNAL DO COMMERCIO Tabletes dominam discussões do CAS ECONOMIA	4
JORNAL DO COMMERCIO Pagamentos ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO Estimativa ECONOMIA	6
JORNAL DO COMMERCIO Oportunidade NEGÓCIOS E SERVIÇOS	7
JORNAL DO COMMERCIO Relatório BRASIL	8
A CRITICA ARTILHARIA PESADA CAPA	9
A CRITICA Entrevista - Eduardo Braga TEMA DO DIA	10
A CRITICA Entrevista - Eduardo Braga (continuação) TEMA DO DIA	11
A CRITICA Entrevista - Eduardo Braga (continuação) TEMA DO DIA	12
A CRITICA Artesanato um bom negócio HOLOFOTE	13
A CRITICA Sim & Não OPINIÃO	14
A CRITICA Encontro de Governadores ECONOMIA	15
A CRITICA Em Manaus ECONOMIA	16
A CRITICA Cursos gratuitos do FAT OPORTUNIDADES	17
AMAZONAS EM TEMPO Contexto OPINIÃO	18
AMAZONAS EM TEMPO Secretários vão se reunir em Manaus ECONOMIA	19

CAS aprova US\$ 750.9 milhões em projetos



Conselheiros do CAS aprovaram projetos que vão gerar mais de 1.700 empregos depois de implantados

Rumores sobre escolha de São Paulo pela Foxconn põe dúvidas a respeito da MP dos tablets

POR JULIANA GERALDO

A reunião ordinária do CAS (Conselho de Administração da Suframa) foi marcada por rumores de que a Foxconn, fabricante do Ipad Apple, teria escolhido São Paulo para instalar sua fábrica no Brasil, e por dúvidas se a MP (Medida Provisória) de Bens de Informática traria prejuízos para Manaus quanto à produção de tablets no PIM. "Manaus já tem proje-

tos aprovados para a produção de tablets. A Apple é uma decisão empresarial. Qualquer decisão de localização depende deles. O que nós fizemos foi mostrar os benefícios que a região pode oferecer", disse a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, destacando que a aprovação dos projetos de diversificação das empresas Greenworld e Digibrás durante a reunião de ontem demonstra o contrário. Os 75 projetos aprovados preveem investimentos totais de US\$ 750.910 milhões e investimentos fixos de US\$ 300.216 milhões, com geração de 1.725 novos empregos no PIM a partir do terceiro ano de funcionamento das linhas de produção.

Página A5

EDITORIAL

Governador deve assumir comando da discussão sobre tablets

O governador Omar Aziz tem encontro marcado com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, na próxima quarta-feira (25), em Brasília, para tratar da questão dos incentivos fiscais para a produção de tablets e de outros dois assuntos que considera prejudiciais à economia do Amazonas: a reforma tributária e os juros cobrados sobre a dívida dos Estados, que estão acima da taxa Selic, que é a taxa oficial do país.

A atitude do governador está coerente com a sua importância política no contexto das discussões, ante as quais deve ele assumir a postura de comandante em chefe, dirigindo-se diretamente à autoridade competente no nível federal. E Omar já vai com uma posição firmada em defesa dos interesses do Estado do Amazonas: ele considera inconstitucional a edição de uma MP (medida provisória) desonerando tributos federais de maneira direcionada.

Constitucionalmente, os incentivos fiscais devem ser concedidos com objetivos claros de promover o desenvolvimento regional, e é nisso que se assenta todo o arcabouço leal do modelo Zona Franca de Manaus. Em nenhum momento a força política de um Estado pode prevalecer sobre um preceito escrito na Carta Magna do país, como poderia acontecer caso a MP dos Bens de Informática venha a ser editada e aprovada no Congres-

so Nacional, na forma pretendida.

Sabe-se que o lobby é poderoso e envolve tanto forças políticas quanto forças econômicas, diante da amplitude do projeto para implantação de uma linha de produção de I-pads da Apple, no Brasil, pela empresa Foxconn, de Taiwan, cujos investimentos chegam à soma astronômica de R\$ 12 bilhões, valor um pouco maior que o próprio Orçamento do Amazonas, estimado em R\$ 11 bilhões para este ano de 2011.

Porém, não é caso para intimidação, até porque nesta semana Omar teve a seu lado um especialista na questão, o ex-vice-governador Samuel Hanan, sócio da consultoria SMS especializada em questões tributárias e co-autor do trabalho que resultou em vitória do Amazonas no Supremo Tribunal, sob constituição do escritório de Ives Gandra Martins, contra proposta semelhante incluída na Lei de Informática em 2001.

Frente & Perfil

Rotta quer resolver polêmicas do Maksoud

O deputado Marcos Rotta (PMDB) revelou ontem que está preocupado com os dois imbróglios jurídicos que envolvem o empreendimento do Maksoud Plaza na área da Ponta Negra. “Até hoje ninguém sabe qual será a destinação daquilo”, afirma Rotta, justificando a convocação do superintendente da Sudam, Djalma Melo para explicar a situação aos parlamentares amazonenses na próxima quarta-feira (25). Ele não quis revelar os nomes, mas disse que “nós já ouvimos algumas pessoas envolvidas, outras que tem inclusive projetos para aquela área. Aquilo pertence ao Maksoud Plaza, mas quem liberou os recursos foi a Sudam”. O Ministério Público Federal suspendeu o repasse de recursos, do total de R\$ 11 milhões, pela Sudam, “por conta da utilização de notas fiscais frias, laranjas, desvios de recursos, tráfico de influência, enfim, uma série de irregularidades”, segundo o deputado. O outro fato é que o caseiro que toma conta do empreendimento entrou com uma ação na justiça pedindo o usucapião do terreno. “Isso criou uma situação muito séria e de difícil resolução”, argumenta Rotta.

Tabletes dominam discussões do CAS

Suframa deu aval às iniciativas da Digibrás e Greenworld e acena com PPB para o produto

POR JULIANA GERALDO

Foto: Walter Mendes

Os rumores de que a fabricante Apple tenha escolhido São Paulo para a fabricação de seus produtos trouxe dúvidas se a MP (Medida Provisória) de Bens de Informática, traria prejuízos para Manaus quanto à produção de tabletes no PIM (Polo Industrial de Manaus).

Conforme posicionamento da superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Flávia Grosso, a aprovação dos projetos de diversificação das empresas Greenworld e Digibrás durante a reunião do CAS (Conselho de Administração da Suframa), realizada na última sexta-feira, 20, demonstra o contrário. "Os projetos para a produção de tabletes em Manaus já foram aprovados. A Apple é uma decisão empresarial. Qualquer escolha de localização depende deles. O que nós fizemos foi mostrar os benefícios que a região pode oferecer", esclareceu.

Definição de regras

A previsão para a definição do PPB (Processo Produtivo Básico) para a produção dos tabletes foi outro assunto repercutido. O ministro interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alessandro Teixeira, que presidiu a reunião ressaltou a importância de se estabelecer o quanto antes, as regras para o novo segmento. "Nós temos um grupo de discussão específico para questão do PPB de tabletes. É uma área importante, sobretudo porque outras empresas estão negociando a vinda para



No total, conselho aprovou 65 projetos, com investimentos de US\$ 750.910 milhões

o Brasil, para produção, não só de tabletes, mas na área de tecnologia da informação e equipamentos pra tecnologia da informação", adiantou. Segundo o ministro, a previsão é de que nas próximas semanas

portáteis para processamento digital promete investimento de US\$ 7.7 milhões.

Além da Digibrás e da Greenworld, mereceu destaque o projeto de implantação da Bike Norte Fabricação de

investir US\$ 700 mil e gerar cerca 53 empregos, para produção de barcos e balsas para transporte.

A superintende da Suframa, Flávia Grosso, destacou que as projeções da autarquia para o polo neste ano, tanto na área de tabletes quanto nas demais, é de crescimento acelerado. "A expectativa é que cheguemos a mais de US\$ 40 bilhões de faturamento, com mais de 118 mil empregos diretos", ressaltou.

No total, o CAS aprovou 65 projetos industriais e de serviços, sendo 30 de implantação e 35 de ampliação, atualização e diversificação. Os projetos preveem investimentos totais (incluindo capital de giro) de US\$ 750.910 milhões e investimentos fixos de US\$ 300.216 milhões, com geração de 1.725 novos empregos a partir do terceiro ano de funcionamento.

"A Apple é uma decisão empresarial. Qualquer escolha de localização depende deles. O que nós fizemos foi mostrar os benefícios que a região pode oferecer", destacou Flávia Grosso

as regras estarão definidas.

O projeto de diversificação da GreenWorld que vai produzir microcomputadores portáteis com tela de LED prevê um investimento fixo de US\$ 5,2 milhões. Já a Digibrás que vai trabalhar com a produção de máquinas automáticas

Bicicletas, para produção de bicicletas com e sem câmbio, que vai gerar investimento fixo de US\$ 32.192 milhões e 439 novos empregos.

No segmento naval, foi aprovado o projeto de implantação da DMN Estaleiro da Amazônia, que pretende

Pagamentos

Pontualidade de micro e pequenas empresas é menor em abril

A pontualidade de pagamento das micro e pequenas empresas atingiu o patamar de 94,6% em abril. Isto significa que, durante o mês passado, a cada 1.000 pagamentos realizados, 946 foram quitados à vista ou com atraso máximo de sete dias. Foi a segunda queda interanual consecutiva, após o indicador

Em relação a abril de 2010, as maiores quedas na pontualidade ocorreram no setor industrial (-0,74%) e de serviços (-0,81%). No comércio, houve elevação de 0,35%. Tal resultado, conforme os economistas da Serasa, foi motivado pelas boas vendas da Páscoa.

Valor médico

O valor médio dos pagamentos efetuados pontualmente

pelos micros e pequenas empresas em atingiu R\$ 1.641,70, subindo 21,1% em relação ao verificado no mês imediatamente anterior. Vale lembrar que, por conta do feriado de Carnaval, o valor médio dos pagamentos pontuais efetuados em março foi bastante reduzido (R\$ 1.355,70). No acumulado do primeiro quadrimestre de 2011, em relação ao mesmo período do ano passado, o valor médio dos pagamentos pon-

tuais elevou-se ligeiramente em 0,88% (R\$ 1.502,64 contra R\$ 1.489,56)*, encerraram os economistas, no texto da pesquisa.

De acordo com os economistas da Serasa Experian, a alta dos juros e o aperto nas condições de crédito já estão afetando o caixa dos empreendedores

manter-se por 22 meses em elevação. Em abril de 2010 a pontualidade havia sido de 94,7%.

De acordo com os economistas da Serasa Experian, a alta dos juros e o consequente aperto nas condições de crédito já estão produzindo efeitos adversos sobre o custo financeiro e o caixa das micro e pequenas empresas, gerando alguma diminuição na pontualidade de pagamentos aos seus credores, financeiros e operacionais.

Estimativa

Governo reduz previsão para PIB de 5% para 4,5%

A projeção do governo para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2011 foi reduzida de 5% para 4,5%, segundo o relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, divulgado nesta sexta-feira pelo Ministério do Planejamento. Ao mesmo tempo, o documento mostra que o governo admite que haverá uma inflação maior neste ano. A projeção para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que serve de referência para a política monetária no Brasil, passou de 5% para 5,7% - ainda abaixo do que prevê o mercado financeiro, que estima o IPCA na casa de 6,3%.

Já a projeção de alta para o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) passou de 6,28% para 7,01%. De acordo com o relatório bimestral, a estimativa para a média da Selic (a taxa básica de juros da economia) em 2011 passou de 11,58% para 11,74% ao ano. A previsão para a taxa de câmbio média recuou de R\$ 1,70 para R\$ 1,61.

A expectativa para o preço médio do petróleo neste ano saltou de US\$ 98,34 para US\$ 103,31 o barril. Por fim, para a massa salarial, o governo espera um crescimento de 11,71% este ano, ante 10,96% na projeção anterior

de R\$ 729,6 bi em 2011

O governo reduziu em R\$ 464,5 milhões a projeção para as receitas primárias totais em 2011, que passou de R\$ 730,121 bilhões para R\$ 729,657 bilhões, de acordo com o relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas divulgado hoje pelo Ministério do Planejamento. A queda ocorreu basicamente por conta do recuo na projeção do item "demais receitas não administradas pela Receita Federal", por conta dos "valores realizados até o momento".

Ao mesmo tempo, a estimativa para as transferências a Estados e municípios recuou R\$ 546,5 milhões. Dessa forma, a projeção para a receita líquida, que é aquela efetivamente disponível para o governo executar seus programas e a política, teve pequeno aumento, de R\$ 82 milhões. No lado das despesas, o governo não promoveu alterações significativas, apenas incorporando créditos extraordinários aprovados que, juntos, representam o valor adicionado na projeção de receita líquida. Assim, o bloqueio de R\$ 50,7 bilhões no orçamento permaneceu inalterado.

Brasil & Mundo

brasil@cam.com.br
telefone: (92) 2101-5527
fax: (92) 2101-5523

Governo prevê receita total

Oportunidade

Sine e Fucapi oferecem cursos gratuitos focados no Polo Industrial de Manaus

Nesta segunda-feira, 30, serão abertas as inscrições para os cursos gratuitos que a Fucapi (Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica) vai oferecer em parceria com o Sine (Sistema Nacional de Emprego). Ao todo, serão oferecidas 1,8 mil vagas. As matrículas poderão ser feitas no período da tarde, na sede do SINE, na avenida Joaquim Nabuco, 878, Centro. Os interessados terão à sua disposição várias opções de qualificação nas áreas do PIM (Polo Industrial de Manaus), petróleo e gás, já a partir da segunda semana de junho.

De acordo com o coordenador do projeto, Ronaldo Ribas, os recursos financeiros para os cursos serão totalmente subsidiados pelo governo federal, através do FAT (Fundo de

Amparo ao Trabalhador) junto ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

O projeto consiste em um conjunto de ações de qualificação profissional para trabalhadores desempregados, com a finalidade de abastecer a demanda de trabalho com mão de obra capacitada.

“Os alunos matriculados terão direito ao auxílio transporte, lanche e todo o material didático necessário (apostilas para aulas teóricas e materiais específicos para aulas práticas). Contarão também com suporte pedagógico e orientação profissional de técnicos especializados em suas respectivas áreas de atuação”, assegurou Ribas. Segundo ele, o objetivo deste projeto é facilitar a reinserção dos profissionais ao mercado de trabalho.

Para atender as deman-

das do Polo Industrial serão disponibilizadas 1,5 mil vagas. O pré-requisito é ter concluído o ensino médio. As aulas serão ministradas das 13h às 18h, com carga horária de 200 horas. Já para os cursos voltados para os profissionais do Polo de Petróleo e Gás serão qualificados 300 trabalhadores do segmento construção civil. O pré-requisito para este polo é o candidato ter concluído o ensino fundamental. As aulas serão ministradas pela parte da manhã e a carga horária também é de 200 horas.

Quem tiver alguma dúvida pode entrar em contato com a coordenação do curso através dos números 2127-3070 e 9111-2930. A Fucapi fica na Avenida Governador Danilo Matos Areosa, 381 - Distrito Industrial, Zona Sul.

Relatório

Brasil e outros emergentes redefinirão economia global

Segundo pesquisa lançada pelo Banco Mundial, Brasil aparece como uma das economias que vai dominar o cenário internacional

A direção do Banco Mundial incluiu o Brasil em um grupo com mais cinco países de economias emergentes apontados como os responsáveis pela redefinição da estrutura econômica global no futuro próximo. De acordo com um relatório lançado na última semana, em Washington, até 2025 as economias do Brasil, da China, da Índia, da Rússia, da Indonésia e da Coreia do Sul vão responder por mais da metade do crescimento global.

O relatório, denominado Global Development Horizons 2011 - Multipolarity: The New Global Economy ("Horizontes do Desenvolvi-

mento Mundial 2011 - Multipolaridade: a Nova Economia Mundial", em tradução livre), informa que os emergentes, entre os quais o Brasil está incluído, vão crescer em média 4,7% até 2025.

"A medida que o poder econômico muda, essas economias bem-sucedidas vão ajudar a conduzir o crescimento em países de baixa renda por meio de transações comerciais e financeiras transfronteiriças", diz o documento.

Os países avançados, apesar de continuarem a ter um peso importante na economia global, deverão crescer em média apenas 2,3% no mesmo período. "A rápida ascen-

são de economias emergentes conduziu uma mudança pela qual agora os centros de crescimento econômico estão distribuídos entre as economias desenvolvidas e em desenvolvimento", disse o economista-chefe e vice-presidente para Economia do Desenvolvimento do banco, Justin Yifu Lin. "Estamos em um mundo realmente multipolar".

Para se consolidar como polo de crescimento, no entanto, o Brasil precisa enfrentar desafios, como melhorar o acesso à educação. "O capital humano é uma preocupação em alguns polos potenciais de crescimento, particularmente o Brasil, a Índia e a Indonésia", diz o relatório. "Reduzir

lacunas educacionais e garantir acesso à educação é central", afirma o Banco Mundial.

Para o Banco Mundial, as eventuais medidas adotadas no Brasil devem estimular a adaptação tecnológica doméstica, capacidade de inovação e geração de conhecimento. De acordo com o relatório, as mudanças no balanço de poder econômico e financeiro terão reflexos em setores como os mercados de investimentos, fusões e aquisições. "As multinacionais dos mercados emergentes estão se tornando uma força na reconfiguração da indústria global, com rápida expansão dos investimentos Sul-Sul e fluxos de investimentos estrangeiros diretos", disse

Lin. "As instituições financeiras internacionais terão de se adaptar rapidamente".

Segundo o relatório, a participação e a influência crescentes de empresas originárias de mercados emergentes nas finanças e nos investimentos globais podem levar à criação de um marco multilateral para regular os investimentos transfronteiriços.

O Banco Mundial projeta ainda que, até 2025, o sistema monetário internacional não será mais dominado por uma única moeda. "Ao longo da próxima década, o tamanho da China e a rápida globalização de suas corporações e bancos deverão significar um papel mais importante para o

yuan (a moeda chinesa)", disse o principal autor do relatório, Mansoor Dailami.

Para o economista-chefe e vice-presidente para Economia do Desenvolvimento do banco, Justin Yifu Lin, a tendência é de adoção de múltiplas moedas nas negociações multilaterais. "O mais provável é que em 2025 o panorama monetário internacional se caracterize pela presença de múltiplas moedas, com predomínio do dólar, do euro e do yuan", afirmou.

Segundo o Banco Mundial, a maioria dos países em desenvolvimento seguirá usando moedas estrangeiras em suas transações com o resto do mundo.

ARTILHARIA PESADA

ZFM ameaçada

✓ **Reforma Tributária** Mudança poderá acabar com a arrecadação do ICMS na fonte, principal imposto do Amazonas.

✓ **MP 517** Caso a Medida Provisória seja aprovada amanhã, na Câmara, empresas do PIM serão impactadas negativamente. PÁGINA 15

Entrevista - Eduardo Braga

O senador Eduardo Braga critica a falta de oxigenação na política do Amazonas e a regra 'Gilberto-Amazonino; Amazonino-Gilberto'. **Eleições** Braga não descarta a candidatura dele em 2012, mas diz que, na política, a fila deve andar.

“Eu fui o fato novo na política do Amazonas”

Entrevista - Eduardo Braga (continuação)

ANTÔNIO PAULO
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

BRASÍLIA (SUCURSAL) - A movimentação política dos últimos dias, principalmente a formalização do apoio do PT ao Governo de Omar Aziz, que pode resultar em aliança para as eleições municipais de 2012, fez com que o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), também realizasse alguns movimentos dentro do tabuleiro eleitoral. Viu-se, por exemplo, o segundo suplente dele, o bilionário investidor Lírio Parisotto, transitar pelo Senado, participar de sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da reunião da bancada amazonense, como uma espécie de apresentação do "caminho das pedras" ao futuro senador no caso de Braga ter que se licenciar do mandato para concorrer à Prefeitura de Manaus no ano que vem. O ex-governador diz, nesta entrevista a A CRÍTICA, não pensar em candidatura, repete que é cedo para falar em nomes e defende quadros novos na política local. Por outro lado, Eduardo Braga faz duras críticas à gestão do prefeito Amazonino Mendes (PTB); que Manaus precisa de mudança, de projeto, planejamento e equipe. Declara que, em 2012, estará na oposição ao seu ex-mentor político para alcançar esse objetivo, sendo candidato ou não. A seguir a entrevista:

Ao assumir a Coordenação da bancada do Amazonas, no Congresso, o senhor disse que a agenda da Copa do Mundo será uma das prioridades. A licitação das obras do aeroporto de Manaus foi uma primeira vitória?

À base de muita pressão, conseguimos colocar na rua a licitação do novo aeroporto. A bancada teve um papel gigantesco para peitar a Infraero e o Governo Federal. Ainda há algumas lutas sobre o aeroporto, pois não estamos satisfeitos com o que está posto, mas já conseguimos esse primeiro passo. Virá, nessa semana, a votação da MP 521, que traz o regime diferenciado de licitação da Copa do Mundo e das Olimpíadas. É outro ganho porque vai desatar o nó da Arena da Amazônia, da mobilidade urbana, do porto de Manaus.

O atraso nas obras e os entraves jurídicos preocupam o senhor? Estou muito preocupado e ca-

da dia fico mais porque fazer obra na Amazônia é diferente de fazer obra no Centro-Oeste, no Sul e Sudeste. Nós só trabalhamos seis meses por ano. O resto é de chuva intensa. Se observarmos bem, estamos a três verões da Copa, só que esse verão estamos perdendo. Então, eu estou muito preocupado. Eu e o governador Omar (Aziz) temos dedicado nosso tempo a esses embates com Infraero, no Palácio do Planalto, Ministério do Planejamento, Tribunal de Contas da União (TCU) e na Controladoria Geral da União (CGU).

O fato de Manaus estar fora da Copa das Confederações tem a ver com esses atrasos nas obras e embaraços nos órgãos federais?

Não está confirmado e também não quero me antecipar, mas eu acho que ainda há espaço para se trabalhar com relação à Copa das Confederações junto à Fifa e à CBF. Mas, para isso, precisamos retomar algumas coisas em um novo patamar. A mobilidade urbana por exemplo, é uma dessas questões. Não dá para achar que, sem mobilidade urbana, nós seremos tratados como prioritários na Copa das Confederações ou na Copa do Mundo.

Esse novo patamar passa pela revisão do monotrilho-BRT para Manaus?

O problema não se trata de BRT ou monotrilho. Trata-se do seguinte: qual é a tecnologia que consegue estar pronta até a Copa do Mundo e atender à população? Não tenho dúvidas que é o monotrilho. Porque o monotrilho tem muito menos impacto de obra que fica subordinada às chuvas e tem muito menos desapropriação do que o BRT. Mas, essa é uma decisão que não compete a mim, mas ao governador e ao prefeito de Manaus. Eu posso dar a minha opinião que é a favor do monotrilho e de um sistema misto que combine monotrilho, BRT e outras tecnologias de transporte público. Transporte público na cidade de Manaus, hoje, é o maior problema do povo.

Mas, o prefeito Amazonino Mendes vem se posicionando contrário ao monotrilho. Essa postura tem atrasado o projeto?

Mas, ele assinou um documento público, quando eu era governador, fazendo um acordo institucional. O acordo não é do Eduardo Braga e do prefeito Amazonino, e sim entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Manaus. O Estado tomava para si um empréstimo de R\$ 200 milhões e repassava o dinheiro à prefeitura. Portanto, o dinheiro do BRT é o

Estado que está se endividando e passando para o município realizar o projeto. O Estado está assumindo outros R\$ 600 milhões de empréstimo para o monotrilho e busca uma complementação de mais R\$ 800 milhões. E uma informação: nesses R\$ 200 milhões do BRT não estão incluídos os veículos que serão comprados pela iniciativa privada. Só que no R\$ 1,4 bilhão do monotrilho está incluído todo o material rodante e todos os trens. Veja, então, que esse é um sofisma de discussão. Há um acordo institucional que tem força legal.

E por que o projeto de mobilidade urbana não anda?

É que existem todas as discussões e questionamentos no Ministério Público Federal. Somente esclarecidas essas questões de transparência, de governança é que poderá ter continuidade. Eu quero dizer uma coisa: tem um ano e dois meses que eu não sou mais governador. Significa dizer que há 14 meses nós estamos como estávamos, discutindo aquilo que estava acordado.

Alguns movimentos políticos do senhor, ultimamente, têm demonstrado um interesse na disputa pela Prefeitura de Manaus. Como está pensando 2012?

Estou pensando 2012 em mudança para cidade de Manaus. Manaus quer uma gestão que consiga dar à cidade aquilo que ela mais precisa: transporte coletivo moderno, modulado, programado, projetado e planejado que são as cinco deficiências do transporte coletivo de Manaus, uma cidade com o quarto PIB per capita do País, uma das dez maiores cidades do Brasil. Portanto, Manaus precisa ter um tratamento diferenciado no transporte, no trânsito, no sistema viário, na coleta de lixo e o saneamento que precisa ser retomado urgentemente. Enquanto governador eu ajudei, mas o município precisa fazer a sua parte.

Essa mudança de que o senhor fala passa por nomes, por grupos. Pelo quê?

Passa por projetos. Nosso grupo político precisa ter projeto para cidade de Manaus. Quando cheguei no Governo, eu tinha um projeto: o Prosamim, a Região Metropolitana, a Zona Franca Verde, os programas habitacionais, a rede social, as políticas de urgência social, como projeto Cidadão. Nós tínhamos um projeto para discutir, debater com o povo e implementá-lo. Agora, precisamos de um projeto novo para a cidade de Manaus.

Mas, o senhor foi prefeito

Entrevista - Eduardo Braga (continuação)

Frase

“



“A bancada teve um papel gigantesco para peitar a Infraero e o Governo Federal. Ainda há algumas lutas sobre o aeroporto, não estamos satisfeitos.”



“(...)o povo vai entender isto porque já viu o que significa ir para a TV e dizer: “Tá tudo aqui na cabeça do Negão”. Cadê?”



“Foi um erro, durante tantos anos, o Amazonas não reoxigenar os quadros políticos”.

entre 1994 e 1996. Quer dizer que Manaus ficou 16 anos sem projeto?

O último projeto que existiu na cidade de Manaus foi construído pelo Amazonino e por mim quando nós fomos prefeitos em 1992. (Braga foi eleito vice-prefeito e só assumiu em 94, quando Amazonino venceu a eleição para governador). Ali ficou desenhado o sistema viário que está posto, os viadutos, as passagens de nível. Isso foi projetado naquela época. Manaus está se transformando nesse caos porque perdeu sua capacidade de planejar.

O senhor cita o prefeito Amazonino como um dos responsáveis pelos projetos e mudanças do passado. Ele, hoje, não está correspondendo?

Ninguém é ator de si próprio. Uma seleção brasileira, um Santos paulista não é composto por um único craque. É um time que vence, que se torna campeão. Em 92, nós éramos um time. Estavam lá desde Alfredo Nascimento, Eduardo Braga, Omar Aziz e Amazonino. Esse time desapareceu na atual gestão municipal. No Governo do Estado, éramos um time, um conjunto de pessoas que me possibilitou instituir as políticas públicas. Um bom Governo é feito por três elementos básicos: um projeto, um planejamento e uma equipe para executar. Essa foi uma gestão moderna que se implantou no Amazonas. Para Manaus, eu defendo, prego mudanças no que está posto porque eu não vejo isso no município.

Essa mudança que o senhor prega passa pelo seu nome? O senhor vai ser candidato a prefeito de Manaus em 2012?

Não necessariamente. Uma outra coisa que na política do Amazonas precisa acontecer é a fila andar. Foi um erro, durante tantos anos, o Amazonas não reoxigenar os quadros políticos, as novas lideranças. Ficou aquela dupla Gilberto-Amazonino; Amazonino-Gilberto durante 20 anos. Depois disso, eu fui o fato novo na política do Amazonas, tirando fatos esparsos como é caso do Arthur (Neto) e o Serafim (Corrêa) que entraram na prefeitura e não foram bem. Manaus precisa de toda essa mudança e o povo vai entender isto porque já viu o que significa ir para a televisão e dizer: “Tá tudo aqui na cabeça do Negão”. Cadê?

Então, o senhor não será candidato em 2012?

É muito precipitado dizer que eu não sou isso ou aquilo. Digo isso com a maior sinceridade da alma porque a minha paixão, o meu espírito público por essa cidade é gigantesco.

Perfil



NOME: Carlos Eduardo de Souza Braga

IDADE: 50 anos

ESTUDOS: Engenharia Elétrica (Ufam)

EXPERIÊNCIA: Vereador (1981); dep. est. (1986); dep. fed. (1990); vice-prefeito (1992); prefeito de Manaus (1994); governador do AM (2003-2010); Senador (2011-2018). Coordena a bancada do AM no Congresso.

Novas regras para rádio e TV

À frente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), há três meses, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) conseguiu aprovar mudanças no processo de concessão, outorga e renovação de canais de rádio e televisão aguardadas há muitos anos.

A partir de agora, quem pleitear um canal de rádio e TV terá que comprovar capacidade financeira, que é capaz de colocar o veículo no ar. “Essa foi uma vitória histórica porque há mais de 20 anos se denunciava a utilização de prepostos, laranjas nas concessões públicas de radiodifusão no Brasil”, declarou o presidente da CCT.

Foram implementadas normas para a concessão: qualquer cidadão brasileiro poderá encaminhar, em até dez dias, a partir da publicação da distribuição do processo, no Diário do Senado, denúncia sobre qualquer outorga, renovação e concessão pública de radiodifusão. “Se isso acontecer, imediatamente haverá a paralisação do processo e abertura de investigação por parte da comissão. Nas denúncias sobre grandes processos de concessão, haverá audiências públicas para que se possa discutir com transparência cada caso”, disse Braga.

Outra novidade é que nenhum senador-membro da CCT poderá relatar processo de concessão de radiodifusão se a solicitação for do mesmo Estado do parlamentar.

Artesanato um bom negócio

Nunca entendi por que o Amazonas, com toda a sua riqueza e grandiosa oferta de matérias-primas, nunca conseguiu se destacar na produção e promoção do seu artesanato. Certo que não se deseja que o Estado, de uma hora pra outra, desenvolva habilidades e se torne tão competitivo quanto Minas Gerais, por exemplo, que lidera o ranking, e alguns estados do Nordeste reconhecidos pelo desempenho e sucesso na promoção econômica, cultural e social, do produto. E que efetivamente se tornaram peças

importantes no conjunto de agregadores socioeconômicos do nosso PIB. Claro que Minas Gerais, Bahia, Ceará, Pernambuco, por exemplo, levaram anos e demandaram muito trabalho, esforço, pesquisa por parte dos governos estaduais e do próprio governo federal, através do SEBRAE, na composição final desse quadro. O Amazonas projeta-se nesse cenário há bastante tempo, mas de forma muito tímida. Nada que o coloque numa posição de competitividade... Também pudera. Tímidas também sempre foram as políticas do setor público, ou iniciativas particulares de peso, orientadas para o desenvolvimento da produção e comercialização artesanal regional. Sabe-se do sucesso das exportações da arte indígena para os Estados Unidos e poucos países da Europa. Mas números, resultados concretos, disponibilidade de dados que inclusive mostrem as possibilidades de mercado para

**Menga
Junqueira**
JORNALISTA

menga@
acritica.
com.br



o produto, são raríssimas. Pelo menos, distantes do conhecimento da sociedade. É gratificante, portanto, ler sobre rodada de negócios realizada em Manaus na semana passada (A Crítica, edição do dia 22) entre oito empresários espanhóis, proprietários de 80 lojas na Espanha e em Portugal, com três organizações indígenas do Amazonas para aquisição de doze mil peças de artesanato regional (colares, brincos, cestarias etc.) confeccionados pelos índios do Alto Rio Negro. O governo estadual participou, através da secretaria para os povos indígenas; a Fucapi trouxe a realização, uma rodada que começou em Belo Horizonte, Brasília e terminou em Manaus. A grande empresa envolvida na atividade é nada mais nada menos que o El Corte Inglés, uma cadeia poderosa de shoppings e lojas de variedades que atua em toda a Europa, Estados Unidos. Como primeira iniciativa, devemos incentivar a idéia e

torcer para que o trabalho alcance níveis de grande negócio. Artesanato é negócio como tal se afirma como excelente, nos países que desenvolveram bem todas as ferramentas que lhe estimulam tanto a organização como a promoção. Além disso, não convém esquecer que no caso do Amazonas, o artesanato é produto da arte indígena, baseada especialmente não no valor estético que expressa, mas, sobretudo na importância mágica, educativa, histórica. O Brasil está pronto para tornar seu artesanato, no futuro, um segmento organizado, reconhecido e bem estruturado. Para isso instrumentalizou o SEBRAE e outros órgãos de apoio na condução de metas e atividades que possam torná-lo um negócio competitivo. Estão acessíveis por parte da instituição: meios de associativismo, participação em feiras de exposição e negócios na Europa e Estados Unidos, linhas de crédito via bancos oficiais, curso para formação da consciência

empreendedora do artesanato, busca de inovações que tragam diferencial para o artesanato, a meu ver um dos principais entraves na comercialização do artesanato regional. Por parte da empresa privada, destaque-se o grande passo com o lançamento da Associação Brasileira de Exportação de Artesanato, Abexa, para promover o produto nacional no exterior. No final do ano passado a Abexa firmou convênio com a Apex, Associação de Promoção e Exportação e Investimentos, no valor de oito milhões de reais para fomentar exportações... A meta é vender em 2011 US\$ 3,9 milhões no exterior. O Amazonas pode colaborar - e bem - com essa meta. Afinal, tem produto e artesãos bons. E sabe que pode vislumbrar uma condição de negócio como gerador de renda e emprego. Então, está esperando o quê?

Sim & Não

Zona Vice-governador do Estado, José Melo defendeu, na reunião de Governadores da

Amazônia, que qualquer mudança na forma de cobrança do ICMS trará consequências danosas a Zona Franca.

X Por falar no CAS, as reuniões devem ser consideradas chatérrimas pelos organizadores. Eles levam junto com a pauta de trabalho cruzadinhas para matar o tempo.

Encontro de Governadores

Reforma põe em risco a ZFM

Na hora de rever sua legislação tributária é preciso que a excepcionalidade da Zona Franca de Manaus seja preservada

PROCEDÊNCIA - Os nove Estados da Amazônia Legal vão buscar uma solução técnica que atenda aos interesses conjuntos diante da discussão nacional sobre a Reforma Tributária e a Redistribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Esta foi uma das decisões acertadas no Encontro de Governadores da Amazônia Legal, que aconteceu neste fim de semana, em Belém (PA). Durante o encontro foi definido que a solução será discutida em uma reunião com os secretários de Fazenda dos nove Estados, em Manaus, com data a definir.

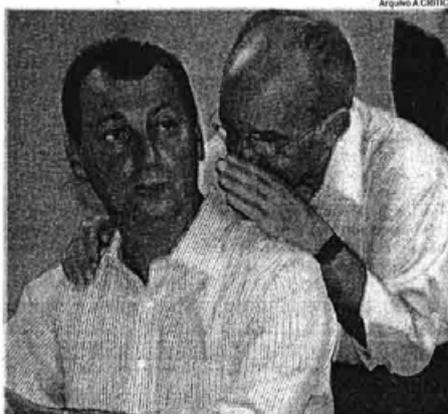
A Reforma Tributária pode ser um pesadelo para estados como Amazonas, Pará e Maranhão, os mais desenvolvidos do ponto de vista industrial entre os nove Estados da Região Amazônica. No caso do Amazonas, a mudança

acaba com a arrecadação e compromete o principal atrativo da Zona Franca de Manaus (ZFM), que é o incentivo fiscal na forma de redução ou isenção do ICMS.

O vice-governador José Melo representou o governador Omar Aziz no evento e disse que é preciso preservar a excepcionalidade da ZFM na Reforma Tributária.

IMPACTO MAIOR

Para o secretário executivo de Estado da Fazenda, Thomaz Nogueira, o Amazonas será o estado mais impactado com a mudança da cobrança do ICMS da origem para o destino. "Como nossa produção não é para o consumo interno e sim para o país inteiro, nas operações interestaduais não vai mais se pagar o imposto. Se o grosso da nossa atividade é



José Melo, em pé, representou o governador Omar Aziz no evento em Belém

Arquivo A CRÍTICA

Busca rápida

*

Outro nomes no evento em Belém

Participaram do encontro o governador do Mato Grosso, Silval Barboza; do Acre, Tião Viana; de Roraima, José de Anchieta; de Rondônia, Confúcio Moura; do Amapá, Camilo Capiberibe; do Tocantins, Siqueira Campos e o vice-governador do Maranhão, Washington Oliveira. Ficou acertada a realização de uma reunião, no Maranhão, com os secretários de Planejamento, para se discutir a construção de um plano regional de logística.

vender para outros Estados e nessa relação não tem mais imposto a ser cobrado, não tem possibilidade de ter ganho. Por isso, precisamos construir uma solução técnica que preserve o nosso modelo de desenvolvimento".

Segundo Thomaz, a proposta de recompensa via fundo de receita, incluída na Reforma Tributária, não interessa ao Estado. "O que queremos é que seja mantida nossa atividade econômica".

Outro assunto que preocupa é a dívida dos Estados. Os governadores se queixam que os contratos possuem condições rígidas e assumiram dinâmica perversa. Os juros cobrados pelas instituições que emprestam para os Estados são exorbitantes e maior que a taxa Selic. Segundo um estudo apresentado no encontro, de 1998 a 2008, os estados pagaram um valor maior que a dívida e hoje estão devendo três vezes mais do que emprestaram. Nesse período a dívida consolidada dos estados era de R\$ 99,24 bilhões. Foram pagos R\$ 96,62 bi e o saldo devedor em 2008 era de R\$ 320,25 bi.

Em Manaus

MP 517 prejudica a produção de roteadores e modem

Caso ela seja aprovada como está, empresas locais serão atingidas

Editada no penúltimo dia de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 30 de dezembro de 2010, para criar instrumentos de estímulo a investimentos de longo prazo em infraestrutura e dar incentivos fiscais para alguns segmentos econômicos, a Medida Provisória 517, que está na pauta de votação de terça-feira, na Câmara, chegou ao plenário como um legítimo exemplo de "MP Frankenstein".

Os efeitos dessa MP podem impactar negativamente nas empresas da Zona Franca de Manaus

(ZFM), visto que o artigo 14 dela faz alterações na Lei de Informática (8.248/1991), atingindo a produção de roteadores e modem, e ainda reduz a alíquota de PIS/Pasep. Além disso, o artigo 15 prorroga por dez anos os incentivos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos bens de informática produzidos no Brasil.

Atenta aos efeitos da MP 517, a bancada federal do Amazonas no Congresso Nacional apresentou 26 emendas, mas nenhum delas foi aceita pelo re-

Busca rápida

Desoneração de vários tributos**

O Planalto pegou carona e aproveitou para, entre vários artigos de desoneração tributária, principalmente de IPI, PIS/Cofins e IR, renovar a cobrança de duas taxas embutidas na conta de luz.



lator João Carlos Bacelar (PR-BA).

ANÔNIMA

O relator Bacelar manteve as modificações propostas pelo governo na Lei das S.A. (6.404/1976). Originalmente, quando saiu do Planalto, a MP 517 já tratava de oito assuntos, misturando incentivos para a área de informática e o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), incentivos para a indústria de equipamentos nucleares e até a definição da cobrança de juros nos empréstimos do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior, o Fies. O texto do Executivo, que contava com 22 artigos, passou a ter 52. Em meio a essa profusão temática, o governo atendeu com a MP a um pedido do setor produtivo para instituir mudanças na Lei das S.A.

Pauderney Avelino advertiu relator contra efeitos nefastos da MP para a ZFM

Manaus, segunda-feira, 23 de maio de 2011.

Cursos gratuitos do FAT

CIMONE BARROS
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Estar qualificado é fundamental para se inserir no mercado de trabalho. Mas para muitos, essa preparação se torna quase impossível por conta dos altos custos. Pensando nisso, o Governo Federal desenvolveu uma série de cursos gratuitos, que são financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com uma pequena contrapartida dos Estados e Municípios. Este ano, quase quatro mil vagas serão ofertadas no Amazonas em áreas diversas demandadas pela indústria, comércio e serviços.

Os cursos do FAT visam à qualificação profissional para trabalhadores desempregados, habilitando-o em áreas demandadas pelo mercado de trabalho. O aluno recebe vale-transporte, lanche e material didático. É necessário que interessado seja cadastrado no Sistema Nacional de Emprego (Sine), que posteriormente fará o acompanhamento do trabalhador para sua re inserção no mercado.

Renato da Silva, 29, três meses após o término do curso de Auxiliar Administrativo, conseguiu um novo trabalho, agora na área de almoxarifado de uma fábrica. "Como não tinha experiência nessa área, e tinha só informática básica, o curso do FAT fez diferença no meu currículo e na minha contratação", contou.

As aulas devem começar a partir de julho, mas é bom ficar atento às orientações específicas da instituição que realizará cada curso. As duas unidades do Sine, Amazonas e Manaus, estão em fase de seleção de entidades e instituições. A Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi) está mais adiantada. A Fucapi se credenciou junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e oferecerá 1,8 mil vagas em 17 cursos de 200 horas (dois

meses e meio).

Dessas, 1,5 mil vagas são para atender o Polo Industrial de Manaus (PIM), em aulas que serão ministradas das 13h às 18h. Os cursos serão: Técnico em Informática, Técnico em Gestão e Logística, Profissional em Serigrafia, Profissional em Metrologia, Desenhista Projetista Eletrônico, Profissional Soldador I e II, Técnico em Gestão de Qualidade, Técnico de Televisão e Profissional Almojarife. É preciso ter ensino médio completo.

As outras 300 vagas estão voltadas para o Polo de Petróleo e Gás, mas as pessoas serão qualificadas no segmento da construção civil. As aulas serão ministradas pela parte da manhã. Os cursos na categoria profissional serão os seguintes: armador, carpinteiro, encanador, pintor predial, eletricitista predial e soldador ponteador. O candidato precisa ter ensino fundamental completo.

"O aluno sairá devidamente preparado para se recolocar no

Mais de mil vagas no Sine

O Sine Manaus vai oferecer 1,2 mil vagas, em 20 cursos, através de instituições de ensino que estão sendo selecionadas. Os cursos têm carga horária que varia de 60 a 80 horas. A qualificação é subsidiada por recursos do FAT, na ordem de R\$ 600 mil aproximadamente.

De acordo com o diretor do Sine Manaus, Thiago Medeiros, a vantagem dos cursos é que eles são totalmente gratuitos e facilita a entrada do

trabalhador desempregado no mercado de trabalho com mais qualificação e possibilidade de ganhar um salário melhor. "As empresas exigem experiência e a pessoa pode compensar isso de certa forma com a capacitação".

Por parte do Sine Amazonas, os cursos FAT também começarão a partir de julho. Serão 836 vagas, em 40 cursos voltados para comércio, indústria e serviços - hotelaria e artesanato. O edital será lançado até hoje para instituições concorrerem para realização dos cursos. Elas poderão adquirir o edital nos dias 26 e 27 de maio, na sede da Secretaria de Estado de Trabalho (Setrab), no Centro.

De acordo com a Secretária da Setrab, Iraldes Caidas, os cursos de 200 h serão realizados em dez municípios: Autazes, Coari, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva além de Manaus.

Saiba mais

>>PROF-TEC

Segundo Thiago Medeiros, em agosto, o Sine Manaus, lançará o Programa de Qualificação Profissional (PROF-TEC) com recursos próprios do município. Serão aplicados cerca de R\$ 2 milhões para qualificar 5 mil trabalhadores este ano. A perspectiva é que, em 2012, o programa qualifique o dobro.

mercado, com conhecimento teórico e prático da área escolhida, e certificado", disse o coordenador do projeto na Fucapi, Ronaldo Ribas.

As matrículas serão feitas a partir do dia 30 de maio, no Sine-Manaus (Avenida Floriano Peixoto, Edifício Garam, Centro) onde o profissional desempregado será encaminhado para a Fucapi, Distrito Industrial. Mais informações pelo telefone 2127-3070 e 9111-2930.

Contexto

“Entendemos que a Reforma Tributária é necessária para o Brasil, mas é preciso que se discuta a excepcionalidade da Zona Franca”

Do vice-governador José Melo, na Reunião dos Governadores da Amazônia Legal, em Belém, no último sábado

Tablets

Vanessa Grazziotin disse na última quinta-feira que o PIM será extremamente prejudicado se o governo cumprir a promessa de editar e publicar a medida provisória que concede incentivos fiscais aos fabricantes de componentes eletrônicos para tablets. Com a medida, haverá isenção do PIS-Cofins, que hoje é de 9,25%, e redução do IPI, de 15% para 3%.

Secretários vão se reunir em Manaus

Titulares das pastas de Fazenda dos nove Estados que compõem a região vão discutir, na capital, sugestões para a Reforma Tributária

Os nove Estados da Amazônia Legal vão buscar uma solução técnica que atenda aos interesses conjuntos diante da discussão nacional sobre a Reforma Tributária e a Redistribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Essa foi uma das decisões acertadas no Encontro de Governadores da Amazônia Legal, que aconteceu neste fim de semana, em Belém (PA). Durante o encontro foi definido que a solução será discutida em uma reunião com os secretários de Fazenda dos nove Estados, em Manaus, com data a definir.

De acordo com o vice-governador José Melo, que representou o governador Omar Aziz no evento, os Estados amazônicos vão lutar juntos para defender os interesses regionais diante do debate

nacional sobre Reforma Tributária, Dívida dos Estados e FPE. O encontro, também, definiu a realização de uma reunião, no Maranhão, com os

.....
Governadores da região reclamam que a Reforma Tributária, como está, prejudicaria todos os Estados amazônicos

secretários de Planejamento, onde será discutida a construção de um plano de logística e infraestrutura capaz de integrar os Estados e promover o

desenvolvimento regional.

No caso da Reforma Tributária e do FPE, os secretários de Fazenda vão buscar uma solução para que não haja perda para os Estados. A ideia é mobilizar a bancada da Amazônia no Congresso Nacional, que só no Senado corresponde a um terço das cadeiras. "Vamos nos unir para que nenhum dos Estados tenha perda com a Reforma Tributária e com a revisão dos critérios de redistribuição do FPE", assegurou o governador do Pará, Simão Jatene.

Outro assunto que preocupa é a dívida dos Estados. Os governadores se queixam que os contratos possuem condições rígidas e assumiram dinâmica perversa. Os juros cobrados pelas instituições que prestam para os Estados são exorbitantes e maior que a taxa Selic, por exemplo.